

OCDE critica países onde professores têm boas notas mas os estudantes não

Educação
Clara Viana

Relatório da OCDE defende que resultados dos alunos devem contar para a avaliação docente, uma medida rejeitada por cá

Portugal é um dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) onde existe “uma combinação mal sucedida” entre os resultados obtidos pelos docentes na sua avaliação e aqueles que são alcançados pelos estudantes, constata-se num relatório daquela organização ontem divulgado.

Enquanto a maioria dos professores continua a assegurar as classificações mais elevadas na sua avaliação, o desempenho dos alunos é insatisfatório, explica-se no documento, onde se acrescenta que esta “combinação mal sucedida entre a mensagem enviada aos professores e o desempenho do sistema educativo no que respeita aos resultados obtidos pelos estudantes reforça a importância destes serem utilizados sistematicamente na avaliação dos docentes”.

Esta é uma das boas práticas recomendadas pela OCDE para se alcançar aquele que a organização

defende dever ser o principal objetivo da avaliação docente: contribuir para a melhoria do sistema de ensino e não apenas para a progressão na carreira. A outra é a observação das aulas, porque é aí, “quando os professores interagem com os seus alunos”, que são revelados “muitos dos aspectos centrais da prática de ensinar”, ou seja, a observação das aulas é uma das “principais fontes de informação” sobre a qualidade dos professores, sendo este, como é sabido, um dos factores que “influencia os resultados dos estudantes”.

Em Portugal, devido à forte contestação de sindicatos e movimentos de professores, foi deixada cair a proposta da ex-ministra Maria de Lurdes Rodrigues no sentido de os resultados dos alunos contarem para a avaliação docente. E a observação das aulas passou a ter, em regra, um carácter facultativo. Na maior parte dos países da OCDE é obrigatória na avaliação docente.

No seu relatório *Teachers for the 21st Century – Using Evaluation to Improve Teaching* (“Professores para o século XXI – Usar a avaliação para melhorar o ensino”), citam-se os resultados de dois estudos recentes desenvolvidos nos EUA que provam existir uma relação entre a avaliação do docente baseada na observação de aulas e o bom desempenho dos estudantes.

No modelo de avaliação adoptado

pelo actual Governo, a observação de aulas é feita por avaliadores externos (no anterior estava a cargo de professores da mesma escola) e é obrigatória para os professores que estão no primeiro ano da sua actividade, para os que estejam nos 2.º e 4.º escalões da carreira docente, para os que se candidatam a um “excelente” ou que tenham tido a menção de “insuficiente” na última avaliação. Este procedimento deveria ter sido iniciado já este ano lectivo, mas o Ministério da Educação e Ciência (MEC) decidiu adiá-lo para o próximo ano de modo a garantir que os avaliadores externos tenham formação para o efeito.

No seu relatório, a OCDE reconhece que será sempre difícil “identificar o contributo específico de um professor no desempenho dos alunos”, uma vez que a aprendizagem é um processo “influenciado por muitos factores”. Mas o que não pode acontecer, frisa-se, é isentarem os professores da obrigação de apresentarem provas que mostrem o progresso feito pelos alunos nas suas aulas. O ministro Nuno Crato também defende que os resultados dos alunos devem contar para a avaliação dos professores, mas já disse que pensa não existirem condições actualmente para impor esta medida, porque esta poderia ser um “incentivo à inflação das notas pelos professores”.